



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0002587-74.2016.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: : **PRORROGAÇÃO** do Contrato Administrativo nº 018/2016 –
REAJUSTE CONTRATUAL PELO IPCA. Objeto: Prestação de serviços
de assistência à saúde – Contratada: **UNIMED NORTE NORDESTE –**
CONFEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE
TRABALHO MÉDICO – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 0357411 / 2018 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

1. Cuida-se de processo administrativo no qual tramitou certame licitatório, na modalidade de pregão, em sua forma eletrônica, culminando na contratação da **UNIMED NORTE/NORDESTE – CONFEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO** – CNPJ nº 09.237.009/0001-95, para prestar serviços de assistência médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, em âmbito nacional, na modalidade coletiva empresarial, visando atender a demanda dos servidores deste TRE/RO, materializado no Contrato Administrativo nº 018/2016 ([0134658](#)), com vigência inicial anotada de 12 (doze) meses, a contar do dia 01/01/2017, conforme Cláusula Oitava do ajuste.

2. O histórico do referido pacto administrativo não acumula nenhuma ocorrência até a presente data.

3. Verificando a proximidade do vencimento do contrato, que ocorrerá em 1º/01/2019, por meio da Informação nº 6610 (evento 0334488), a Seção de Assistência Médica e Social – SAMES traz aos autos os documentos que inauguraram as tratativas para a renovação da contratação (eventos [0307392](#), [0307460](#) e [0309917](#)), e, para tanto, consultou a contratada - **UNIMED NORTE/NORDESTE** sobre o interesse na prorrogação do Contrato nº 018/2016.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4. Em resposta, o representante da contratada informa que tem total interesse na renovação contratual junto ao TRE/RO, sendo necessário apenas a equalização econômico-financeira do mesmo e, acrescenta ainda que considerando a vigência do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 18/2016, solicita que a apuração do índice seja efetivada após o fechamento do mês de setembro/18, assim refletirá uma situação contratual bem mais próxima do período de renovação (evento [0334487](#)). Após a afirmativa da contratada, a unidade gestora da contratação (SAMES) encaminha os autos para manifestação da sua unidade superior (COEDE), que por sua vez se manifesta pela aceitação da proposta da contratada, estabelecendo para tanto um prazo limite para resposta até o término da primeira quinzena do mês de outubro.

5. Em 02/10/18 a empresa contratada ainda se manifesta, via e-mail, pela renovação do contrato, nos seguintes termos: Conforme definido contratualmente, o reajuste anual a ser aplicado tem como base a variação acumulada do IPCA-IBGE. Assim, o índice a ser aplicado, com vigência a partir de 1º/01/2019 é de 4,19% (evento 0341479).

6. Consolidada a anuência da empresa contratada pela prorrogação e reajuste do contrato, a unidade gestora encaminha os autos a SAOFC para a devida instrução, solicitando para tanto a realização de pesquisa de preço para aferir a vantajosidade da renovação contratual ([0341481](#)). Na sequência os autos foram remetidos a SLC e após à SAMES para finalizar o pedido de prorrogação ([0341645](#)).

7. Recepcionados os autos, a SLC – Seção de Licitações e Compras, deu princípio a pesquisa de preços entre órgão da administração pública ([0350134](#), [0350135](#) e [0350136](#)).

8. A SLC consolidou a pesquisa de preços em planilha comparativa multiplicando a quantidade de vidas seguradas de cada faixa no último contrato deste Tribunal pelos preços encontrados ([0350140](#)). Verificou a unidade que os preços, se aqui fossem praticados, resultaria em aumento variável entre 18,01% até 54,81% e, se licitado o objeto, a realidade do mercado permite presumir que possivelmente teríamos aumento de custos dentro da variação encontrada ([0350140](#) e [0350141](#)).

9. De posse do resultado da pesquisa de preços efetivada pela SLC, a unidade SAMES informa que foi aferida a vantajosidade financeira na prorrogação do ajuste, e sendo assim, se manifesta favorável ([0351000](#)). Complementando as informações necessárias para desencadear a renovação contratual, a unidade SAMES acrescenta aos autos pela Informação nº 7702 ([0351171](#)), tabela inserida na Cláusula Nona do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contrato originário (valor *per capita* por faixa etária mensal) **totalmente atualizada com o percentual de reajuste pleiteado, contendo o valor correspondente ao reajuste em comento, no percentual de 4,53% e o valor total atualizado do contrato para o exercício vindouro.**

10. Com a instrução dos autos finalizada, a SAOFC, concomitantemente, envia os autos a COFC para programação orçamentária da despesa; a SECONT para a elaboração de minuta de termo aditivo e, ao final a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 018/2016.

11. Afigura-se não haver óbices à prorrogação pretendida. Veja-se o que estabelece a **Lei nº 8.666/93, no seu art. 57, inciso II:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

*II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (grifo nosso).*

12. Como visto, o **primeiro** requisito legal para a prorrogabilidade do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, os serviços aqui tratados são de natureza contínua, uma vez que tal prestação não poderá sofrer interrupção, sem prejuízo da paralisação da prestação de serviços de saúde aos magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia.

13. O **segundo** requisito vem consubstanciado na assertiva “**iguais e sucessivos períodos**”, situação que se amolda perfeitamente ao pleito do Gestor do contrato, que o quer prorrogado pelo período de mais 12 (doze) meses, lapso idêntico àquele inicialmente ajustado.

14. O **terceiro** e último requisito reside nos **preços e condições mais vantajosos para a Administração**. A esse respeito, extrai-se da orientação expedida pela **Consultoria Zênite, publicada no Informativo de Licitações e Contratos nº. 127, de setembro de 2004**, em resposta à indagação da espécie, o que abaixo se segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

"Toda relação contratual do Poder Público tem como pressupostos a análise e a demonstração do aspecto econômico. A Lei nº. 8.666/93 é farta em dispositivos que impõem à Administração o dever de avaliar os preços praticados com os vigentes no mercado. O inc. IV do art. 43, por exemplo, determina que, quando da análise das propostas, seja verificado se os preços propostos são compatíveis com os praticados no mercado (...)

15. Importante destacar que, para fins de balizamento dos preços a serem contratados, há orientação do Tribunal de Contas da União no sentido de que as pesquisas de preços dos serviços sejam realizadas preferencialmente no âmbito dos órgãos e entidades da própria Administração Pública, em atenção ao art. 43, IV c/c 15, V, da Lei nº 8.666/93, devendo vir aos autos, justificativas quando da impossibilidade e/ou inviabilidade.

16. Tal orientação foi observada na pesquisa realizada pela Seção de Licitações e Compras, conforme consubstanciado na Informação 7609 ([0350141](#)) e planilha de preços ([0350140](#)). **Contudo, a situação em análise possui algumas peculiaridades.** Nesse sentido, registra-se que os custos dos planos de saúde são definidos em função do perfil dos beneficiários (quantidade total, quantidade por faixa etária, ocorrências de uso do plano por determinado período, etc.) e, ainda, do mercado onde a contratação é realizada. Todos esses fatores, consequentemente, determinam uma variação entre os diversos preços praticados.

17. A Seção de Licitação e Compras emite a seguinte conclusão após realizada a pesquisa: *"Como são várias faixas de idade, montamos uma planilha multiplicando a quantidade de vidas seguradas de cada faixa no último contrato deste Tribunal pelos preços encontrados ([0350140](#)). Verificamos que os preços, se aqui fossem praticados, resultaria em aumento variável entre 18,01% até 54,81%. Se fôssemos licitar o objeto, a realidade do mercado nos permite presumir que possivelmente teríamos aumento de custos dentro dessa variação encontrada."*

18. Por certo, a prorrogação dos contratos de trato sucessivo, situa-se no juízo de conveniência e oportunidade da Administração, estando condicionado, entre outros aspectos, à demonstração da vantajosidade, principalmente sob o aspecto econômico. Nessa Linha é reiterada a orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, sendo certo que a aferição deverá ser realizada por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

19. Contudo, em profunda análise do tema, o TCU formulou recomendações à **SLTI/MPOG** e à **AGU** no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão TCU nº 1214/2013-Plenário. Entre essas, a Corte de Contas Nacional alterou seu tradicional entendimento, fixando a seguinte orientação no tocante a aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:**

Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:

9.1.17 a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

9.1.17.1 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

9.1.17.2 houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

20. Referidas orientações são acolhidas e normatizadas pelo Ministério do Planejamento desde a Instrução Normativa nº 2/2008 (Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013 incluiu o art. 30-A), revogada pela Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, que fidelizou a norma no seu texto, especificamente no item 7, letra “b”, do seu Anexo IX – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO, vejamos:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 2/2008

Art. 30-A Nas contratações de serviço continuado, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme estabelece o art. 57, inciso II da Lei nº 8.666, de 1993. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)

...

§ 2º A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos de serviços continuados estará assegurada, **sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, quando o contrato contiver previsões de que:** (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I - os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo ou em decorrência de lei; (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013)

II - os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE; e (Redação dada pela Instrução Normativa nº 6, de 23 de dezembro de 2013).

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5/2017

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;

b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e

c) no caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

21. Como visto, as normas em comento dizem respeito aos contratos que envolvem serviços com emprego de mão de obra terceirizada. Contudo, não se pode perder de vista que a pretensão a resguardar não é propriamente a natureza dos serviços contratados, **mas a existência de regras uniformes e vinculadas previamente no ajuste para definir o reajustamento dos preços inicialmente pactuados**, os quais não ficam ao sabor das conveniências, mas atrelados à lei, convenções coletivas ou índices oficiais de variação de preços.

22. Nesse sentido – embora realizada pesquisa que demonstra a compatibilidade dos preços atualmente contratados com aqueles verificados no mercado – não se vê óbice, nas próximas prorrogações, se houver – à dispensa da pesquisa de preços, em razão da regra expressa contida na Cláusula Décima Oitava do Contrato Administrativo nº 018/2016, que prevê a adoção da variação anual acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística** –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IBGE, desde que o pedido seja apenas de prorrogação contratual mais o reajuste em sentido estrito. Até porque, não é desnecessário registrar a regra jurídica basilar que estabelece: *onde há igual razão de ser (ratio essendi) haverá idêntica razão de decidir (ratio decidendi).*

23. Porém, andou bem a unidade gestora (SAMES) ao solicitar pesquisa de mercado para aferir a variação de preços entre órgãos da administração pública, muito embora o pedido dos autos se atenha a prorrogação de prazo e reajuste por índice pré-definido em contrato, o procedimento foi cauteloso e antecipou a instrução dos autos para a possibilidade de solicitações mais amplas por parte da empresa contratada.

24. Cumpre registrar, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não foi superado, trata-se aqui da segunda prorrogação do ajuste, a possibilidade de prorrogação está expressamente garantida pela CLÁUSULA OITAVA do instrumento contratual. Ressalte-se que há manifestação expressa da Contratada pela renovação do pacto, desde que aceite o índice proposto (eventos [0334487](#) e [0341479](#)).

2.2 - DO REAJUSTE PELO IPCA

25. A pretensão da contratada tem amparo no Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93, trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 018/2016. Veja-se:

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Os valores estipulados neste Contrato poderão ser **reajustados**, após decorridos 12 (doze) meses, com base na variação acumulada Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – **IPCA**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - **IBGE**, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.

Subcláusula Primeira – O marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento a que a proposta se referir.

Subcláusula Segunda - Sempre que houver nova regulamentação no setor, modificação substancial na política econômico-financeira, imposição por decisão judicial, ou ajustes entre as partes diferentes das condições aqui pactuadas, com comprovada repercussão financeira no contrato, os valores poderão ser **revistos** e aplicados, tendo em conta os novos patamares de custos.

26. Segundo Marçal Justen Filho - “Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”. Ou seja, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.

27. O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, assim orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se **da data da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que a proposta referir-se**, conforme previsto no edital e no contrato, ou ainda do último reajustamento. *Grifei*

28. De se ver que a data da apresentação da proposta da empresa contratada **UNIMED NORTE/NORDESTE** a este TRE/RO é **23/09/2016** (evento 0132618), **portanto, trata-se aqui de reajuste acumulado no período de OUTUBRO/2017 a SETEMBRO/2018.**

29. Caso autorizada a aplicação do índice de reajuste, a Administração deverá se ater também para a necessidade de **corrigir, com o mesmo índice, os valores per capita descritos na tabela contida na Cláusula Nona – DO VALOR** e, além disso, em cumprimento ao item VII DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA do contrato, **deverá a contratada apresentar fatura complementar** dos valores majorados pelo reajuste.

III - ANÁLISE DA MINUTA DO 2º TERMO ADITIVO

30. Juntou-se aos autos minuta do 2º Termo Aditivo AO Contrato nº 18/2016 ([0354038](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

IV – CONCLUSÃO

31. Pelo exposto, com suporte nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da existência de recursos orçamentários para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

custeio da despesa no exercício de 2019 (evento [0352133](#)), opina esta Assessoria Jurídica:

a) quanto a prorrogação contratual:

I. Pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 12 meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fundamento no Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e CLÁUSULA OITAVA do Contrato Administrativo nº 018/2016, uma vez que há anuência expressa do representante da contratada (eventos [0334487](#) e [0341479](#)).

b) quanto ao reajuste pelo IPCA:

I – Pela possibilidade de aplicação do reajuste contratual, *strito sensu*, nos patamares registrados na **Informação 7702** ([0351171](#)), com efeitos retroativos à respectiva data-base, com a incidência do índice de **4,53%** conforme variação do IPCA no período, comprovada a disponibilidade orçamentária para a despesa, nos termos do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Décima Oitava do Contrato 018/16.

32. Deverá o gestor, ainda, verificar a situação da **garantia contratual exigida pela CLÁUSULA NONA** do referido ajuste, reproduzida na Cláusula Terceira da minuta de termo aditivo ([0354038](#)) tendo em relevo a orientação contida no **Parecer nº 59/2011** da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO: “*a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos*”.

33. Caso autorizada a aplicação do índice, a Administração deverá se ater também para a necessidade de **corrigir os valores per capita descritos na tabela contida na Cláusula Nona do ajuste** e, além disso, em cumprimento ao **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, item VII**, do Contrato, **deverá a contratada apresentar fatura complementar** dos valores majorados pelo reajuste.

34. Cabe registrar, que, caso seja autorizado o reajuste pleiteado, a contratada deverá comunicar à Agência Nacional de Saúde – ANS o percentual de reajuste aplicado, nos termos do art. 15, da Resolução Normativa – RN nº 171, de 29 de abril de 2008.

35. Por fim, para cumprimento do disposto no parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **aprova** os termos da minuta carregada aos autos pelo evento [0354038](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

36. Ressalte-se, por fim, que esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetido, já que não lhe compete legalmente pronunciar-se acerca de outras questões, como os valores decorrentes dos atos registrados e principalmente quanto aos valores constantes nas planilhas elaboradas.

Sob vênua, é o parecer.

Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 07/11/2018, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002587-74.2016.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: UNIMED NORTE/NORDESTE. Prorrogação – Contrato n. 018/2016. Reajuste contratual pelo IPCA.

DECISÃO Nº 569 / 2018 - PRES/ASSPRES

Versam os autos sobre processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, foi contratada a **empresa UNIMED NORTE/NORDESTE – CONFEDERAÇÃO DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO**, CNPJ nº **09.237.009/0001-95**, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 018/2016** (evento [0134658](#)), tendo por objeto a prestação de serviços de assistência **médica, hospitalar, ambulatorial e laboratorial, em âmbito nacional, na modalidade coletiva empresarial, visando atender a demanda dos servidores deste TRE/RO**, atualmente em execução, com vigência de 12 (doze) meses, a partir de 1º/1/2017.

O interesse na prorrogação foi registrado nos autos pela Seção de Assistência Médica e Social – SAMES, que colacionou os documentos que inauguraram as tratativas para a renovação da contratação (eventos [0307392](#), [0307460](#) e [0309917](#)), e, para tanto, consultou a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratada - UNIMED NORTE/NORDESTE sobre o interesse na prorrogação do Contrato nº 018/2016.

Em resposta, o representante da contratada informa que tem total interesse na renovação contratual junto ao TRE/RO, sendo necessário apenas a equalização econômico-financeira do mesmo acrescentando, ainda, que considerando a vigência do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 18/2016, solicita que a apuração do índice seja efetivada após o fechamento do mês de setembro/18, assim refletirá uma situação contratual bem mais próxima do período de renovação (evento [0334487](#)). Em 02/10/18, a empresa contratada manifestou-se, via e-mail, pela renovação do contrato, nos seguintes termos: Conforme definido contratualmente, o reajuste anual a ser aplicado tem como base a variação acumulada do IPCA-IBGE. Assim, o índice a ser aplicado, com vigência a partir de 1º/01/2019 é de 4,19% (evento [0341479](#)).

A SLC – Seção de Licitações e Compras, após realizar pesquisa de preços entre órgãos da administração pública (eventos [0350134](#), [0350135](#) e [0350136](#)), consolidou as informações em planilha comparativa, multiplicando a quantidade de vidas seguradas de cada faixa no último contrato deste Tribunal pelos preços encontrados ([0350140](#)). Verificou a unidade que os preços, se aqui fossem praticados, resultaria em aumento variável entre 18,01% até 54,81% e, se licitado o objeto, a realidade do mercado permite presumir que possivelmente teríamos aumento de custos dentro da variação encontrada (eventos [0350140](#) e [0350141](#)).

Após analisar o resultado da pesquisa de preços efetivada pela SLC, a SAMES informa que foi aferida a vantajosidade financeira na prorrogação do ajuste e, sendo assim, se manifesta favorável ([0351000](#)). Complementando as informações necessárias para desencadear a renovação contratual, aquela unidade juntou aos autos a Informação nº 7702 ([0351171](#)), em que consta a tabela inserida na Cláusula Nona do Contrato originário (valor *per capita* por faixa etária mensal) totalmente atualizada com o percentual de reajuste pleiteado, contendo o valor correspondente ao reajuste em comento, no percentual de 4,53% e o valor total atualizado do contrato para o exercício vindouro.

Na sequência, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral emitiu Parecer Jurídico (evento [0357411](#)), em que opina pela prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e CLÁUSULA OITAVA do Contrato Administrativo nº 018/2016, ante anuência expressa do representante da contratada, bem como pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

possibilidade de aplicação do reajuste contratual, *strito sensu*, nos patamares registrados na Informação 7702 ([0351171](#)), com efeitos retroativos à respectiva data-base, com a incidência do índice de **4,53%** conforme variação do IPCA no período, comprovada a disponibilidade orçamentária para a despesa, nos termos do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Décima Oitava do Contrato 018/16. Ressalta, ainda, a necessidade de verificar a situação da **garantia contratual exigida pela CLÁUSULA NONA** do referido ajuste, reproduzida na Cláusula Terceira da minuta de termo aditivo ([0354038](#)). Ao final, aprova os termos da minuta do Segundo Termo Aditivo juntada aos autos (evento [0354038](#)), para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Tanto a SAOFC (evento [0357822](#)) quanto a Diretoria-Geral (Manifestação 1941, evento [0358509](#)) manifestaram-se pela prorrogação dos prazos de vigência do Contrato n. 018/2016, por 12 (doze) meses, com fundamento no inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula oitava do Contrato 18/2016 ([0134658](#)), nos termos da minuta aprovada pela Assessoria Jurídica ([0354038](#)); notificação da contratada para apresentar complementação da garantia no valor de R\$ 39.316,37 (trinta e nove mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), correspondente a 1% (um por cento) do valor total do termo aditivo nº. 2 (evento nº. [0354038](#)), nos termos do §2º do art. 56 da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do referido termo, consoante regras estabelecidas na Cláusula Nona do contrato originário; no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do segundo termo aditivo, válida até 3 (três) meses, após o término da nova vigência contratual indicada nos termos da subcláusula sexta da cláusula nona do Contrato n. 18/2016 ([0134658](#)) e sistematizada na terceira do termo aditivo nº. 2 (evento nº. [0354038](#)); e verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

Salientou, ainda, que restando definidos os índices incidentes na presente prorrogação, deve-se efetuar a correção dos valores *per capita* descritos na tabela contida na Cláusula Nona do ajuste e, além disso, em cumprimento à **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, item VII**, do Contrato, **deverá a contratada apresentar fatura complementar** dos valores majorados pelo reajuste. Do mesmo modo, deverá a contratada comunicar o percentual de reajuste aplicado, nos termos do art. 15, da Resolução Normativa – RN nº 171, de 29 de abril de 2008, à Agência Nacional de Saúde – ANS.

Diante do exposto, decido:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – DEFERIR a prorrogação dos prazos de vigência do Contrato n. 018/2016, por 12 (doze) meses, com fundamento no inc. II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula oitava do Contrato n. 18/2016 (0134658), nos termos da minuta aprovada pela Assessoria Jurídica ([0354038](#));

II – DETERMINAR a notificação da contratada para apresentar complementação da garantia no valor de R\$ 39.316,37 (trinta e nove mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), correspondente a 1% (um por cento) do valor total do termo aditivo nº. 2 (evento nº. [0354038](#)), nos termos do §2º do art. 56 da Lei 8.666/93 e Cláusula Terceira do referido termo, consoante regras estabelecidas na Cláusula Nona do contrato originário; no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do segundo termo aditivo, válida até 3 (três) meses, após o término da nova vigência contratual indicada nos termos da subcláusula sexta da cláusula nona do contrato 18/2016 ([0134658](#)) e sistematizada na terceira do termo aditivo nº. 2 (evento nº. [0354038](#));

III – DETERMINAR a verificação prévia à assinatura do termo aditivo, das condições de habilitação da contratada, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93;

IV – DETERMINAR que, após a definição dos índices incidentes na presente prorrogação, **efetue-se a correção dos valores per capita descritos na tabela contida na Cláusula Nona do ajuste** e, além disso, em cumprimento à **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, item VII**, do Contrato, a **contratada apresente fatura complementar** dos valores majorados pelo reajuste;

V – DETERMINAR a notificação da contratada para comunicar o percentual de reajuste aplicado à Agência Nacional de Saúde – ANS, nos termos do art. 15, da Resolução Normativa – RN nº 171, de 29 de abril de 2008.

À Diretoria-Geral e SGP, para conhecimento e adoção das providências decorrentes desta Decisão.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, novembro de 2018.

Desembargador Sansão Saldanha, Presidente

Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 19/11/2018, às 15:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TERMO ADITIVO Nº Nº 02 AO CONTRATO Nº 18/2016.

TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO N. 18/2016

PROCESSO SEI N. [0002587-74.2016.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 28/2016

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 18/2016, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA UNIMED NORTE NORDESTE – FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO, REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE.

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, comparecem, de um lado, a **UNIÃO**, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, por intermédio de seu Presidente, Desembargador **SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 274.136 – SSP/DF e CPF nº. 059.977.471-15, e, de outro, a empresa **UNIMED NORTE NORDESTE** –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO (UNIMED NNE), com sede na Av. Josefa Taveira, n. 53, Mangabeira, CEP: 58.055-000, Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, Telefones: (83) 3048-2700, (83) 3048-2710, (83) 3048-2500, (83) 3048-2738, Fax: (83) 3048-2750, E-mails: presidencia@unimed-nne.com.br, diretoriainst@unimed-nne.com.br, daniel.freire@unimed-nne.com.br e isnar.moura@unimednne.com.br, inscrita no CNPJ sob o n. 09.237.009-0001-95, neste ato representada por seu Presidente, Senhor **REGINALDO TAVARES DE ALBUQUERQUE**, brasileiro, médico, portador da Carteira de Identidade n. 90740/SSP-PB e CPF n. 040.274.934-00, e por seu Diretor Institucional, Senhor **ROBSON JORGE DE LIMA**, brasileiro, médico, portador da Carteira de Identidade n. 98001466950-SSP/AL e CPF n. 076.227.244-91, ora denominada **CONTRATADA**, com base nas informações constantes na Informação 772/2018/SAMES, de 23/10/2018 e considerando o Ato de Autorização constante na DECISÃO n. 569/2018-PRES/ASSPRES, de 19/11/2018, celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

Subcláusula Primeira - Prorrogar o prazo de Vigência do Contrato n. 18/2016 (evento [0134658](#)) por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2019.

Subcláusula Segunda - Registrar o Reajuste de 4,53% (Quatro vírgula cinquenta e três por cento) sobre o valor total do Contrato n. 18/2016, a contar de outubro/2017, decorrente do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA apurado no período de outubro/17 a setembro/18 (tendo em vista que a apresentação da proposta da empresa Contratada a este TRE/RO se deu em 23/09/2016, consoante se verifica evento [0132618](#)), percentual esse que corresponde ao valor de R\$ 170.377,48, conforme detalhamento abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 1 - VALORES ANTERIORES (VALORES ORIGINAIS ACRESCIDOS COM REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO REGISTRADOS NO 1º TERMO ADITIVO):

Faixa etária	Qtde. usuários	Vlr unitário	Total mensal	Total anual
0 - 18	158	231,20	36.530,01	438.360,14
19-23	45	267,93	12.056,87	144.682,42
24 - 28	19	308,25	5.856,76	70.281,09
29 - 33	52	351,05	18.254,50	219.054,02
34 - 38	69	408,70	28.200,34	338.404,08
39 - 43	42	473,73	19.896,54	238.758,43
44 - 48	47	574,11	26.982,99	323.795,85
49 - 53	45	744,51	33.503,16	402.037,88
54 - 58	30	1.036,69	31.100,67	373.208,09
59 ou mais	73	1.384,33	101.056,44	1.212.677,27
Totais	580	5.780,50	313.438,27	3.761.259,28

TABELA 2 - VALORES ATUAIS (VALORES ANTERIORES ACRESCIDOS COM REAJUSTE REGISTRADO NESTE 2º TERMO ADITIVO):

Faixa etária	Qtde. usuários	IPCA	Vlr unitário	Diferença unitária	Vlr unitário - reajustado
0 - 18	158	4,53%	231,2	10,47	241,67
19-23	45	4,53%	267,93	12,14	280,07
24 - 28	19	4,53%	308,25	13,96	322,21
29 - 33	52	4,53%	351,05	15,90	366,95



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

34 - 38	69	4,53%	408,7	18,51	427,21
39 - 43	42	4,53%	473,73	21,46	495,19
44 - 48	47	4,53%	574,11	26,01	600,12
49 - 53	45	4,53%	744,51	33,73	778,24
54 - 58	30	4,53%	1.036,69	46,96	1.083,65
59 ou mais	73	4,53%	1.384,33	62,71	1.447,04
Totais	580	4,53%	5.780,50		6.042,36

***DIFERENÇA ENTRE OS VALORES REAJUSTADOS COM 4,53%%
(R\$ 3.931.636,76) E OS VALORES ANTERIORES (R\$
3.761.259,28): R\$ 170.377,48***

Subcláusula Terceira - Para fazer jus aos valores pretéritos com relação ao reajuste descrito na Subcláusula Segunda acima, a contratada deverá apresentar fatura complementar dos valores majorados, em cumprimento ao item VII da Cláusula Décima Primeira do Contrato originário.

Subcláusula Quarta - A contratada deverá, também, comunicar à Agência Nacional de Saúde – ANS o percentual de reajuste de 4,53% aplicados à contratação por meio deste instrumento, nos termos do art. 15, da Resolução Normativa – RN nº 171, de 29 de abril de 2008.

Subcláusula Quinta - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total deste Termo Aditivo está estimado em R\$ 3.931.636,76 (Três milhões, novecentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e seis centavos), correspondente ao somatório do valor relativo à prorrogação contratual (R\$ 3.761.259,28) e do valor relativo ao reajuste contratual de 4,53% (R\$ 170.377,48) indicados, respectivamente, nas Subcláusulas Primeira e Segunda da Cláusula Primeira deste instrumento.

Subcláusula Primeira - As despesas com a execução do presente aditivo no exercício de 2018 serão suportadas da seguinte forma:

I - o montante de **R\$ 1.532.520,00** (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil, quinhentos e vinte reais) à conta do Orçamento Geral da União, com recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral 2018: PROGRAMA DE TRABALHO: 02301057020040011 e ELEMENTO DE DESPESA: 33903950; e

II - o montante de **R\$ 2.399.116,76** (dois milhões, trezentos e noventa e nove mil, cento e dezesseis reais e setenta e seis centavos) à conta da participação dos servidores do TRE/RO no custeio do programa, nos termos da Resolução n. 3/2015 - TRE/RO, de 31/03/2015.

Subcláusula Segunda – O valor atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo dos possíveis acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), é de R\$ 3.931.636,76, conforme detalhado no Anexo I deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis, a contar da assinatura deste aditivo, complementação de GARANTIA no valor de R\$ 39.316,37** (trinta e nove mil, trezentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), correspondente a 1% (um por cento) do valor total deste Termo Aditivo, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a qual deverá ter prazo de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

validade durante a vigência deste aditivo até 03 (três) meses após o término da vigência contratual, consoante regras estabelecidas na Cláusula Nona do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Oitava do Contrato originário (com relação à prorrogação) e com fundamento no art. 65, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Oitava do Contrato originário (com relação ao reajuste pelo IPCA).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 22 de novembro de 2018.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Desembargador SANSÃO SALDANHA Pelo Contratante	
REGINALDO TAVARES DE ALBUQUERQUE Pela Contratada	ROBSON JORGE DE L Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 2 AO CONTRATO N.
18/2016/TRE-RO**

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Perce acréscimo cada aditi nesta c (Art. 65, 8.6
Contrato n. 18/2016 (assinado em 30/10/2016) – Volume IV do PA (evento n. 0134658) Vigência de 12 meses, a contar de 1º/01/2017.	R\$ 3.172.632,00	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Garantia: R\$31.726,32)		
1º Termo Aditivo (assinado em 18/12/2017) – Volume XI do PA (evento n. 0249914) Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 1º/01/2018 (R\$ 3.172.632,00); Reajuste 2,53%, pelo IPCA (R\$ 80.489,67); e Reequilíbrio de 15,62%, pela sinistralidade (R\$ 508.137,61). (Garantia: R\$ 37.612,59)	R\$ 3.761.259,28	
2º Termo Aditivo (assinado em __/__/2018) – Volume XIV do PA (evento n. 0364289) Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 1º/01/2019 (R\$ 3.761.259,28) e reajuste 4,53%, pelo IPCA (R\$ 170.377,48). (Garantia: R\$ 39.316,37)	R\$ 3.931.636,76	

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 - Plenário.	R\$ 3.931
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO (Em relação ao valor inicial atualizado contrato –Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.)	0,00

Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA**, **Presidente**, em 23/11/2018, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **REGINALDO TAVARES DE ALBUQUERQUE**, **Usuário Externo**, em 26/11/2018, às 13:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON JORGE DE LIMA**, **Usuário Externo**, em 26/11/2018, às 13:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 26/11/2018, às 13:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, Chefe de Seção, em 26/11/2018, às 14:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 20180222

Disponibilização: 26/11/2018

Publicação: 27/11/2018

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 2º Termo Aditivo (assinado em 26/11/2018) ao Contrato TRE-RO n. 18/2016. Contratada: UNIMED NORTE NORDESTE – FEDERAÇÃO INTERFEDERATIVA DAS SOCIEDADES COOPERATIVAS DE TRABALHO MÉDICO (UNIMED NNE), CNPJ n. 09.237.009-0001-95. Objeto **I**) Prorrogar o prazo de Vigência do Contrato n. 18/2016 por mais 12 (doze) meses, a contar de 01/01/2019; e **II**) Registrar o Reajuste de 4,53% sobre o valor total do Contrato n. 18/2016, a contar de outubro/2017, decorrente do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA apurado no período de outubro/17 a setembro/18 (tendo em vista que a apresentação da proposta da empresa Contratada a este TRE/RO se deu em 23/09/2016). Valor TOTAL do aditivo: R\$ 3.931.636,76. Programa de Trabalho: 02301057020040011, Natureza de Despesa 33.90.39.50. Fundamento legal: Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Oitava do Contrato originário (com relação à prorrogação); e com fundamento no art. 65, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Oitava do Contrato originário (com relação ao reajuste pelo IPCA). Signatários: pelo Contratante, o Senhor Desembargador SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e, pela Contratada, os Senhores REGINALDO TAVARES DE ALBUQUERQUE e ROBSON JORGE DE LIMA. Ato de Autorização DECISÃO Nº 569/2018 - PRES/ASSPRES, de 19/11/2018. Processo SEI n. [0002587-74.2016.6.22.8000](#).

Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 26/11/2018, às 16:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 228, quarta-feira, 28 de novembro de 2018

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2018 - UASG 70019

Nº Processo: 10392/2018. Objeto: Contratação de livraria ou distribuidor especializado para fornecimento e entrega de publicações nacionais e estrangeiras (disponíveis no mercado nacional) na área jurídica e outras áreas específicas de Interesse (inclusive publicações avulsas e oficiais) para o ano de 2019. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 28/11/2018 das 08h00 às 17h59. Endereço: Rua João Parolin, 224 - Sala 385, Prado Velho - Curitiba/PR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70019-5-00071-2018. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/12/2018 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JULIAN VELLOSO PUGH
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/11/2018) 70019-00001-2018NE000067

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE n.º 2018NE1259, emitida em 22/11/2018. SEI nº 0037779-38.2018.6.17.8000. CONTRATADA: SVR Tecnologia Ltda - ME. Valor: R\$ 8.574,50. OBJETO: Aparelhos e Utensílios Domésticos. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão à Ata de Registro de Preço vinculada ao pregão eletrônico nº 24/18 da UFF-PRO-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO. PTRES: 084609. Elemento de despesa: 4490.52.

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Nota de Empenho Ordinário. TRE-PE n.º 2018NE1258, emitida em 22/11/2018. SEI nº 00026007-78.2018.6.17.8000. CONTRATADA: I. H. DA SILVA EQUIPAMENTO - EPP. Valor: R\$ 1.940,00. OBJETO: Material de Limpeza e Higienização. FUNDAMENTO LEGAL: Ata de Registro de Preços nº57/2018 vinculada ao Pregão Eletrônico nº27/2018 deste TRE-PE. PTRES: 084609. Elemento de despesa: 3390.30.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO

CESSIONÁRIA: late Clube de Teresina- (CNPJ nº 07.101.488.000-92) CEDENTE: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. OBJETO: Cessão, a título de empréstimo, de urnas eletrônicas e do Sistema Eletrônico de Votação, com vistas à realização de eleição parametrizada, no dia 16/12/2018, no local definido pelo Cessionário. FUNDAMENTO LEGAL: Res. TRE/PI nº 22.685/2007 e da Res. TRE/PI nº 157/2009. VIGÊNCIA: Inicia-se a partir da data de assinatura até a entrega da mídia contendo o resultado final da eleição parametrizada. DATA DA ASSINATURA: 26/11/2018. ASSINAM: Des. Sebastião Ribeiro Martins, pelo Cedente, e o Sr. Lourival de Melo Lobo, pelo Cessionário.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO DE ADIAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 76/2018

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 14/11/2018, "Entrega das Propostas: a partir de 14/11/2018, às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/12/2018, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva nos grupos geradores localizados na Sede do TRE/RN e COJE.

SIMONE MARIA DE OLIVEIRA SOARES MELLO
Diretora-geral

(SIDEC - 27/11/2018) 070008-00001-2018NE000003

SECRETARIA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE CONTRATOS, LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 49/2018-TRE/RN; 2) Contratado: JAIME AZEVEDO (CPF: 200.268.894-04); 3) Objeto: prestação de serviços técnicos em engenharia elétrica, destinado à realização de perícia, análise de informações colhidas na edificação e em relatórios, apresentação de soluções e conclusões sobre o objeto vistoriado e relatórios técnicos periciais; 4) Amparo: Lei nº 8.666/1993; 5) Processo Administrativo Eletrônico nº 13824/2018 - TRE/RN; 6) Vigência: 90 dias, contado da emissão da ordem de serviço; 7) Cobertura Orçamentária: Elemento de Despesa: 33.90.36.06 e 33.91.47.18; 8) Valor: R\$ 28.200,00; 9) Data de Assinatura: 26/11/2018; 10) Signatários: Pelo Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e, pela Contratada, Jaime Azevedo.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 62/2018

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul comunica o resultado da licitação homologada. Vencedor e preço total: Eichek & Eichek Ltda., R\$ 30.560,00.

ANTÔNIO AUGUSTO PORTINHO DA CUNHA
Diretor-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2018 - UASG 70017

Nº Processo: 90.519/2018. Objeto: Registro de preços para aquisição de bens de consumo de TI. Total de Itens Licitados: 6. Edital: 28/11/2018 das 08h00 às 17h59. Endereço: Av. Presidente Wilson, 154, 1º Andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70017-5-00090-2018. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2018 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 10/12/2018 às 13h00 no site www.comprasnet.gov.br.

LUIS CESAR DANTAS GARCIA
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/11/2018) 70017-00001-2018NE000020

DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 129.634/18. CONTRATO Nº 137/2018. OBJETO: Prestação de serviços de agenciamento de viagens para servidores e magistrados. CONTRATADA: Decolando Turismo e Representações Ltda. CNPJ: 05.917.540/0001-44. FUNDO LEGAL: Lei nº 8.666/93, com redação da Lei nº 8.883/94 e Lei nº 10.520/2002. VIGÊNCIA: de 27/11/18 a 28/12/18. VALOR: R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), conforme Notas de Empenho 2015 e 2016/2018. Elemento de despesa: 33.90.33. Natureza: Passagens e Despesas com Locomoção. Programa de Trabalho: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Publicação do Extrato do 2º T.A. (de 26/11/18) ao Contrato TRE-RO 18/2016. Contratada: UNIMED NORTE NORDESTE, CNPJ 09.237.009-0001-95. Objeto i) Prorrogar a Vigência do Contrato por mais 12 meses, a contar de 01/01/2019; e ii) Registrar o Resgate de 4,53% sobre o Contrato, a contar de outubro/17, decorrente do IPCA. TOTAL: R\$ 3.931.636,76. Programa de Trabalho 02301057020040011, Natureza de Despesa 33.90.39.50. Fundamento legal: Art. 57, II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula 8ª do Contrato (prorrogação); Art. 65, da Lei 8.666/93 e na Cláusula 18ª do Contrato (resgate). Signatários: Desembargador SANSÃO SALTISTAS SALDANHA, Presidente do TRE-RO, e, os Senhores REGINALDO TAVARES DE ALBUQUERQUE e ROBSON JORGE DE LIMA, pela empresa. Autorização DECISÃO 569-PRES, de 19/11/18. Processo 0002587-74.2016.6.22.8000.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 36/2018; P.A. SEI nº 0002811-14.2018.6.23.8000; Contratada: MARILENE M. CABRAL EIRELI - ME. CNPJ: 09.966.047/0001-00; Objeto: Aquisição de aparelhos condicionadores de ar. Cláusula Primeira. Os quantitativos originalmente contratados ficam acrescidos de 10 unidades, perfazendo o valor total de R\$ 60.100,00 (sessenta mil e cem reais). Ficou autorizada a substituição de marca e aumento de potência solicitados pela contratada, sem prejuízo para a Administração. Cláusula Segunda. O valor total do aditamento (R\$ 60.100,00) representa 13,55% do valor original do contrato. Pelo TRE/RR: André Fernandes da Cruz, Diretora-Geral; Pela Contratada: Marilene Moraes Cabral, representante legal.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: GM Indústria e Comércio Varejista de Móveis Ltda. CNPJ da Contratada: 12.614.761/0001-12. Objeto: Fornecimento de móveis para a Sede deste Tribunal e para as Zonas Eleitorais de SC, decorrente da Ata de Registro de Preços n. 024/2018. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0042. Natureza da Despesa: 4.4.90.52. N. do Empenho: 2018NE001718. Data do Empenho: 14/11/2018. Valor: R\$ 81.454,35. Data da assinatura: 16/11/2018. Pregão n. 076/2018. Contrato n. 134/2018.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: Perslanas Citidán Ltda. CNPJ da Contratada: 02.173.150/0001-22. Objeto: Aquisição e instalação de perslanas verticais em imóveis ocupados pelo TRESC no Estado de Santa Catarina, decorrente da Ata de Registro de Preços n. 012/2018. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GP.0042. Natureza da Despesa: 4.4.90.52. N. do Empenho: 2018NE001722. Data do Empenho: 14/11/2018. Valor: R\$ 4.254,75. Data da assinatura: 16/11/2018. Pregão n. 039/2018. Contrato n. 137/2018.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2018 - UASG 70020

Nº Processo: 50.834/2018. Objeto: Contratação de seguro total para 3 (três) veículos novos de propriedade do TRESC. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 28/11/2018 das 12h00 às 17h00. Endereço: Rua Esteves Junior, Nr. 80, Centro - Florianópolis/SC ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70020-5-00107-2018. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2018 às 12h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/12/2018 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: O Edital também está disponível no site www.trc-sc.jus.br (Transparência - Contas públicas - Pregões).

HELOISA HELENA BASTOS SILVA LUBKE
Coordenadora de Julgamento de Licitações

(SIASGnet - 27/11/2018) 70020-00001-2018NE0000328

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: PAD 3.582/2017 - Contrato de Comodato - COMODANTE: Shopping Center Spazio Ouro Verde - CNPJ: 08.736.012/0001-90 - OBJETO: Utilização, a título gratuito, da Loja 31, com área de 75,59 m² (setenta e cinco e cinquenta e nove metros quadrados), situado no piso 1º do Shopping Center denominado Spazio Ouro Verde, localizado na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ruy Rodrigues, nº 3900, Parque Universitário, CEP: 13056-460 (doravante denominado "Espaço Comercial"), visando à instalação, pelo Comodatário, de Ponto de Atendimento Biométrico para cadastramento dos eleitores de Campinas - FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.406/02 - VALOR DO CONTRATO: Contrato não oneroso - VIGÊNCIA: a partir da sua assinatura até 30 de maio de 2020 - DATA DA ASSINATURA: 23/11/2018 - SIGNATÁRIOS: Desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Robson Pereira de Lima, Diretor Presidente da COMODANTE.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.trj.br/inf/autenticidade.html>, pelo código 0530201811200171

171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

